

FOCO NO PLANALTO

Notas sobre a semana de 02 a 06 de agosto, em Brasília.

RETORNO DO CONGRESSO: AGENDA PRIORITÁRIA & RELAÇÃO ENTRE PODERES

Com o fim do recesso legislativo, o Governo centraliza esforços em sua agenda prioritária.

O primeiro item da pauta é a Reforma do Imposto de Renda, em relação à qual o Planalto e a base aliada têm conseguido diminuir às resistências iniciais do empresariado. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP/AL), espera avançar nas negociações e votar o projeto ainda no mês de agosto. Além dos projetos tributários, a privatização dos Correios deve entrar no cronograma de votações das próximas semanas.

Por outro lado, o Executivo se vê mais uma vez sob pressão orçamentária. A intenção de aumentar o valor do bolsa-família, criar bônus para qualificação de trabalhadores, bem como ampliar a faixa de isenção do Imposto de Renda e refinar dívidas tributárias tem esbarrado na previsão de crescimento de despesas obrigatórias. Em 2022, a estimativa de gastos com precatórios, por exemplo, é de R\$ 90 bilhões, assim, o Governo estuda uma forma de parcelar essas dívidas, abrindo margem para financiar outras despesas – em 2020, o Planalto desistiu de criar um novo programa social devido à limitação orçamentária. Esse cenário pode reacender as discussões em torno da flexibilização do Teto de Gastos.

Outra pauta importante para o Governo, o voto impresso pode ter semana decisiva. A Comissão Especial que analisa a matéria deve se reunir na quinta (5) e a tendência continua sendo de rejeição. As manifestações favoráveis ao voto

impresso do último fim de semana não devem ser o suficiente para reverter o cenário no colegiado e as últimas investidas do Presidente Bolsonaro podem provocar reação mais contundente das bancadas partidárias. Nesta segunda (2), 9 ministros do STF divulgaram nota em defesa do atual sistema de votação, o que corrobora o discurso contra o voto impresso e tem o potencial de agravar a tensão entre os Poderes, caso Bolsonaro insista nas alegações de fraude e coloque em dúvida a realização das eleições do ano que vem.

Já no Senado, a CPI da Pandemia busca dar novo ritmo aos trabalhos. O recesso dissipou a atenção dada às apurações do colegiado, que agora pretende se aprofundar nas acusações de possíveis irregularidades no Ministério da Saúde. O relator, Renan Calheiros (MDB/AL), também pretende dar enfoque à disseminação de notícias falsas, na linha da investigação paralisada da CPMI das Fake News – *a nova estratégia não é consenso entre os membros, pois pode levar a CPI da Pandemia a perder o foco.*

Ainda no Senado, as comissões permanentes devem voltar a funcionar. O presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (DEM/MG), anunciou a possibilidade de realização de reuniões remotas, à maneira do que ocorre no Plenário. A retomada das atividades nas comissões vai destravar diversos projetos, mas também é outro desafio para a articulação do Governo, uma vez que os senadores da base aliada não têm sido tão coesos na votação de matérias importantes

Destques da Semana

Terça

- O Plenário da [Câmara dos Deputados](#) pode votar a [MPV 1045/2021](#), que institui o Novo Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda.
- O Plenário do [Senado Federal](#) poderá votar a [MPV 1040/2021](#), que altera regras do ambiente de negócios.
- A [CPI da Pandemia](#) retoma os trabalhos, e ouve o reverendo Amilton, um dos intermediários que negociaram vacinas.

Poder Executivo

Presidência da República

Agenda do Presidente - Jair Bolsonaro recebeu, nesta segunda (02), o presidente de Portugal, Marcelo Rebelo de Sousa. Além disso, reuniu-se com o subchefe de assuntos jurídicos, Pedro Cesar Sousa (Secretaria Geral-PR). Ademais, participou da cerimônia de assinatura do acordo de cooperação técnica “Água nas Escolas”.

Agenda do Vice-Presidente - Hamilton Mourão reuniu-se, nesta segunda (02), com o general Araken de Albuquerque, presidente da associação de poupança e empréstimo, FHE / POUPEX. Além disso, reuniu-se com interlocutores da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (ABRACE). Ademais, reuniu-se com o ministro Anderson Torres (Justiça e Segurança Pública).

Casa Civil

Agenda do Ministro - Ciro Nogueira reuniu-se, nesta segunda (02), com o ministro Rogério Marinho (Desenvolvimento Regional). O ministro tem posse prevista para a próxima quarta (04).

ME

Ministério da Economia

Agenda do ministro - Paulo Guedes participou, nesta segunda (02), de reuniões com os secretários Jose Tostes (Receita Federal), Bruno Funchal (Tesouro e Orçamento), Roberto Fendt (Comércio e Assuntos Internacionais) e Carlos Da Costa (Produtividade, Emprego e Competitividade).

Balança Comercial – Para o saldo da balança comercial a projeção para este ano passou de US\$ 69,70 bilhões para US\$ 70,37 bilhões de resultado positivo.

Boletim Focus – Para o IPCA, a inflação oficial do país, a expectativa do mercado para este ano subiu de 6,56% para 6,79%. No caso do PIB 2021, os economistas do mercado financeiro subiram a estimativa para o crescimento de 5,29% para 5,30%. O mercado financeiro manteve em 7% ao ano a previsão para a taxa Selic ao fim de 2021.

BNDDES
Banco Nacional do
Desenvolvimento

Agenda do presidente - Gustavo Montezano reuniu-se, nesta segunda (02), com o senador Rodrigo Pacheco (DEM/MG). Ademais, participou da cerimônia de assinatura do acordo de cooperação técnica “Água nas Escolas”.

MCom

Ministério das Comunicações

Agenda do ministro - Fábio Faria reuniu-se, nesta segunda (02), com o secretário de telecomunicações, Artur Coimbra. Ademais, reuniu-se com a comissão temporária do Covid-19 da Câmara dos Deputados, por videoconferência. O ministro faz pronunciamento em cadeia nacional de rádio e TV, a partir das 20h30.

MEC

Ministério da Educação

Agenda do Ministro - Milton Ribeiro concedeu, nesta segunda (02), entrevista para o programa Opinião no Ar, Rede TV.

MMA

Ministério do Meio Ambiente

Agenda do ministro – Joaquim Leite reuniu-se, nesta segunda (02), com o ministro Carlos França (Relações Exteriores).

Poder Legislativo

Câmara dos Deputados

O Plenário da **Câmara dos Deputados** pode votar, entre outros itens, a [MPV 1045/2021](#), que institui o Novo Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda; o [PLP 16/2021](#), que altera a tributação incidente sobre combustíveis; o [PL 21/2021](#), que estabelece princípios, direitos e deveres para o uso de inteligência artificial no Brasil; e o [PL 2633/2020](#), que trata da regularização fundiária.

Senado Federal

O Plenário do **Senado Federal** poderá votar, entre outros projetos, a [MPV 1040/2021](#), que dispõe sobre a facilitação para abertura de empresas, a proteção de acionistas minoritários, a facilitação do comércio exterior, o Sistema Integrado de Recuperação de Ativos, as cobranças realizadas pelos conselhos profissionais; o [PL 4728/2020](#), que reabre o prazo de adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT); e o [PLP 46/2021](#), que institui o Programa de Renegociação em Longo Prazo de débitos para com a Fazenda Nacional ou devidos no âmbito do Simples Nacional (RELPE) e a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico destinada a custear linhas de crédito às microempresas e empresas de pequeno porte (Cide-Crédito-MPE).

Comissões

EDUCAÇÃO

[Comparecimento do ministro da Educação](#)

Câmara | CFFC | Quarta (04) | 09h30

Audiência Pública – A Comissão de Fiscalização Financeira e Controle recebe o ministro Milton Ribeiro (Educação), para esclarecimentos sobre a notícia de apoio ao Centro Universitário Filadélfia (UniFil) que se encontra em investigação no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) por denúncia de fraude no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE).

TECNOLOGIA

[Telemedicina](#)

Câmara | CSSF | Quinta (05) | 10h00

Reunião Extraordinária – A Comissão de Seguridade Social e Família promove audiência pública para debater o PL 1998/2020, que regulamenta a telemedicina no Brasil, com a presença do ministro Marcos Cesar Pontes (MCTI).

INTERNET

[Fake News](#)

Câmara | GT-NET | Sexta (06) | 10h00

Audiência Pública – O Grupo de Trabalho destinado a analisar e elaborar parecer ao [PL 2630/2020](#) e apensados, que visa ao aperfeiçoamento da legislação brasileira referente à liberdade, responsabilidade e transparência

na internet, promove audiência pública para debater os **caminhos regulatórios para enfrentar a desinformação**.

CPI PANDEMIA

Senado | CPIPANDEMIA | Segunda | 15h

Retorno Escolar

Audiência Pública – A CPI promove audiência pública para prestar informações sobre o mapeamento da infraestrutura tecnológica presente nas escolas públicas necessária para o breve retorno escolar de maneira eficiente e segura, com a presença do ministro Fábio Faria (Comunicações).

Senado | CPIPANDEMIA | Terça, Quarta e Quinta | 09h

Covid-19

Oitivas – A CPI retoma os trabalhos nesta semana, após o fim do recesso do Legislativo, com depoimentos de intermediários que negociaram vacinas com o governo sem o aval das fabricantes dos imunizantes. Estão previstos os seguintes depoimentos: reverendo Amilton, na terça (03); coronel Marcelo Blanco, na quarta (04); e o empresário Airton Cascavel, na quinta (05).

Política

Relatora da CPMI das Fake News quer apurar ataques de Bolsonaro ao sistema eleitoral. A classe política e as instituições começam a reagir: os ataques de Jair Bolsonaro às urnas eletrônicas e à segurança e seriedade das eleições no País, desferidos em *live* na quinta-feira, 29, e ao longo do fim de semana, podem entrar na mira da CPMI das Fake News. Relatora da comissão, a deputada federal Lídice da Mata (PSB-BA) pretende apresentar requerimento para investigar as acusações, por ora, sem provas, do presidente de que as eleições de 2014 (reeleição de Dilma Rousseff) e de 2018 (vencida por ele próprio!) foram fraudadas. Escopo. A deputada avalia que as recentes declarações estariam dentro da principal linha de investigação da CPMI, o uso de perfis falsos e ataques cibernéticos para influenciar o resultado do pleito de 2018. Fonte: O Estado de S. Paulo

Presidentes de partidos afirmam que PEC sobre voto impresso será barrada. Os presidentes de partidos que fecharam posição contrária à proposta do voto impresso que tramita na Câmara dos Deputados afirmaram que as manifestações de domingo em defesa da medida não irão fazer com que a proposta avance. “Efeito zero. Não muda nada. Estamos seguros de que o voto impresso não é necessário. Confiança total nas urnas eletrônicas”, disse Paulinho da Força, do Solidariedade, à Folha de S.Paulo. “No PSD continuamos firmes contra”, disse Gilberto Kassab também ao jornal. Fonte: Poder 360

Grupo de Trabalho protocola proposta de novo Código de Processo Eleitoral. Após cinco meses de criação, o grupo de trabalho criado na Câmara para debater a reforma eleitoral protocolou na segunda o projeto de lei complementar 111/2021, que cria o Código de Processo Eleitoral. A proposta é extensa e conta com mais de 900 artigos, ao longo de aproximadamente de 350 páginas. O projeto é assinado pelos deputados Soraya Santos (PL-RJ), Jhonatan de Jesus (Republicanos-RJ) dentre outros. O objetivo do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), é aprovar o texto a tempo de vigorar já nas eleições de 2022. No entanto, parlamentares e organizações da sociedade civil que acompanham de perto o debate criticam o aqodamento e o que eles definem como falta de transparência nas discussões. Fonte: Congresso em Foco

Após reforma ministerial, Planalto mira o MDB para ampliar base no Congresso. O senador Ciro Nogueira (PP-PI) assumirá a Casa Civil na quarta-feira com a missão de reorganizar a base do governo no Congresso no momento em que Jair Bolsonaro (Sem partido) atravessa o período de maior fragilidade desde que assumiu, fustigado pela CPI da Covid e pela queda de popularidade. Presidente do PP e um dos líderes principais do Centrão, Nogueira tentará costurar a aproximação do Palácio do Planalto com legendas expressivas, como o MDB, que tem dado dor de cabeça ao governo. Trata-se de um partido estratégico, dono

da maior bancada do Senado, com 15 cadeiras. Quatro senadores têm postura mais governista, enquanto outros quatro são oposicionistas. Os sete restantes adotam posição mais neutra. No Planalto, se discute a oferta de um ministério a emedebistas do Senado. Nogueira já externou a interlocutores, porém, seu pessimismo em relação à possibilidade de atração de nomes do partido críticos ao governo, como o do senador e relator da CPI, Renan Calheiros (MDB-AL). Por outro lado, pesa na equação o fato de o MDB ter composto a base de apoio de todas as gestões desde a redemocratização, exceto a atual. Fonte: O Globo

Pacheco envia LDO na segunda e Bolsonaro tem até dia 23 para decidir sobre 'fundão'. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), enviará na segunda-feira, 2, o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), aprovado no dia 15, para sanção presidencial. A informação foi confirmada pela assessoria do chefe do Legislativo ao Broadcast Político. Com isso, o presidente Jair Bolsonaro terá até dia 23 de agosto para sancionar ou vetar o aumento do fundo eleitoral para R\$ 5,7 bilhões em 2022. Além disso, terá de se posicionar sobre a possibilidade de o Congresso aumentar as verbas do Orçamento de 2022, ano eleitoral, por meio das emendas de relator, que estão no centro do orçamento secreto, revelado pelo Estadão. Fonte: O Estado de S. Paulo

Economia

Na Casa Civil, Ciro Nogueira deve viabilizar pautas econômicas. Depois de concluída a minirreforma ministerial, que colocou Ciro Nogueira (PP-PI) à frente da Casa Civil, a equipe econômica do governo Jair Bolsonaro tem esperança de que a agenda de reformas e privatizações avance no Congresso. Na segunda-feira (2), deputados e senadores voltam à ativa depois do recesso parlamentar. Ciro Nogueira deixou o posto de senador para assumir o ministério. A principal tarefa dele será negociar a aprovação de projetos do Planalto com o Congresso. O novo ministro é líder do Centrão, grupo de partidos alinhados com o presidente. Fonte: Poder 360

Congresso deve priorizar pautas econômicas e eleitorais no 2º semestre. Projetos de mudanças eleitorais e econômicas devem ser as prioridades da Câmara e do Senado no 2º semestre do ano. O governo ainda se esforça para articular a aprovação de reformas prioritárias como a tributária e a administrativa. Na Câmara, a privatização dos Correios aguarda votação em plenário. A reforma tributária ainda sofre ajustes, mas também deve ser apreciada diretamente pelo plenário. Fonte: Poder 360

Banco Central pressiona por bancos mais verdes. O Banco Central está se preparando para exigir que os bancos contabilizem potenciais perdas advindas de fenômenos relacionados a mudanças climáticas, como secas, inundações e incêndios florestais, posicionando-se como líder global na regulamentação do setor financeiro com base em ESG. A proposição de novas regras ocorre sob a liderança de Roberto Campos Neto, ex-executivo do Banco Santander Brasil. Ele foi indicado pelo presidente Jair Bolsonaro, que governa sob uma onda de desmatamento na Floresta Amazônica e é criticado por ambientalistas. O Banco Central, no entanto, é totalmente independente, o que reduz a influência de Bolsonaro sobre a política do banco. Fonte: O Globo

Confiança empresarial aumenta 3,1 pontos em julho, diz FGV. Pela quarta vez consecutiva o Índice de Confiança Empresarial (ICE) medido pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV-IBRE) registrou alta. Dessa vez foi de 3,1 pontos em julho e atingiu 101,9 pontos. O índice varia de zero a 200 e, acima de 100 pontos, indica confiança. De acordo com o IBRE, trata-se do maior nível desde junho de 2013. O Índice de Confiança Empresarial (ICE) consolida os quatro índices de confiança dos setores cobertos pelas Sondagens Empresariais produzidas pela FGV-IBRE, que são o da Indústria, de Serviços, do Comércio e da Construção (imagem em destaque). Fonte: Agência Brasil

Capacidade instalada na indústria atinge maior nível desde 2013. A utilização da capacidade instalada registrou alta de 0,9 ponto percentual em junho atingindo seu maior patamar desde abril de 2013, informou hoje (2) a Confederação Nacional da Indústria (CNI). Segunda a pesquisa de indicadores industriais, o nível de atividade da indústria chegou a 82,9% em junho, na taxa que já desconsidera efeitos sazonais (oscilações típicas de determinadas épocas do ano). Outro indicador que reverteu tendência de queda e voltou a subir em junho, segundo a CNI, foi o de horas trabalhadas, que registrou alta de 0,3%. Mesmo assim, no primeiro

semestre a baixa acumulada é de 3,4%. A CNI frisou, contudo, que o indicador se encontra em patamar superior ao de antes da crise provocado pela pandemia da covid-19. Fonte: Agência Brasil

BNDES anuncia fundos de R\$ 800 milhões destinados a negócios de impacto. O anúncio de R\$ 800 milhões de capital comprometido alvo em até três fundos do BNDES representa um marco para o ecossistema de impacto brasileiro e promete alavancar o desenvolvimento de empreendimentos que trabalham por melhorias ambientais e sociais no Brasil. São 1272 as startups mapeadas no país que possuem negócios comprometidos em gerar impacto socioambiental positivo, segundo o relatório Pipe Social de 2021. Muitas delas usam tecnologia para resolver problemas coletivos, geram lucros e atraem investimentos em um segmento em franco crescimento no Brasil e no mundo: o dos negócios de impacto socioambiental. O anúncio coroa anos de esforços para implementar a agenda no Brasil. Fonte: Anprotec

Governo Federal estipula regras para que empresas quitem ou renegociem dívidas junto ao Finam e ao Finor. O Governo Federal, por meio do Ministério do Desenvolvimento Regional, estabelecerá os procedimentos, requisitos e condições para a quitação e renegociação de dívidas com os Fundos de Investimento da Amazônia (Finam) e do Nordeste (Finor) por conta de financiamento via emissão de debêntures. A Portaria, que foi assinada pelo ministro Rogério Marinho na sexta-feira (30), em Fortaleza (CE), regulamenta as ações propostas pela Lei n. 14.165/2021. O índice de inadimplência das carteiras de debêntures do Finam e do Finor chega a 99% em consequência da complexidade do sistema, da alta carga moratória de juros e da insegurança jurídica causada por várias mudanças legais, principalmente entre 1991 e 2000. A dívida de empreendedores com os dois Fundos de Investimento chega a R\$ 49,3 bilhões. Fonte: ASCOM MDR

Grandes empresas não podem descontar danos morais do IR. As grandes empresas não podem descontar do Imposto de Renda (IRPJ) valores de indenizações por danos morais e materiais pagos por meio de acordos judiciais trabalhistas. A orientação está em solução de consulta da Receita Federal. O texto surpreendeu advogados, que preveem uma onda de autuações. Até então, os contribuintes costumavam abater essas despesas da base de cálculo do Imposto de Renda. Agora, segundo especialistas, podem de ter que pagar o que foi descontado, com multa de 75% sobre o valor devido. A solução de consulta, de nº 77, foi editada pela Coordenação-Geral de Tributação (Cosit) e publicada no dia 25 de junho. O entendimento da Receita, que vale para as empresas que apuram o imposto pelo lucro real - com faturamento anual acima de R\$ 78 milhões -, foi o de que esses valores não podem ser considerados como despesas necessárias, usuais ou normais à atividade da pessoa jurídica. Fonte: Valor Econômico

Bolsonaro sinaliza possibilidade de retorno do horário de verão. O presidente Jair Bolsonaro deu na segunda-feira (2) a primeira sinalização de que pode voltar a implementar o horário de verão para lidar com a crise hídrica do País. Em entrevista à Rádio ABC de Novo Hamburgo (RS), o presidente afirmou que, mesmo sendo contra a medida, se a maioria da população mudar de opinião sobre o tema, ele "segue a maioria". "Sou um democrata, eu sigo a maioria", declarou. "Se a maioria da população quiser a volta, eu posso fazer isso aí". Bolsonaro chegou a sugerir que irá falar com uma rádio que "ouve quase sempre", para que a emissora faça uma pesquisa com seus ouvintes e veja a "vontade popular" com relação ao tema, e sugeriu que a rádio local de Novo Hamburgo fizesse a mesma coisa. De acordo com o presidente, a falta de apoio popular seria um dos motivos que pesam contra a retomada da medida, já que, até o momento, ele vê que a maioria da população continua contrária à implementação do horário de verão. Fonte: Correio do Povo

Judiciário

Confira a pauta da semana do STF. O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) realiza sessão extraordinária de julgamentos, nesta segunda-feira (2), marcando a reabertura dos trabalhos do segundo semestre na Corte. Na pauta estão processos sobre questões trabalhistas, que discutem se cláusulas normativas de acordos ou convenções coletivas integram os contratos individuais de trabalho ou se somente podem ser modificados ou suprimidos por meio de novo acordo ou convenção coletiva. Também sobre Direito do Trabalho está pautado um recurso, com repercussão geral reconhecida, que aborda a validade da norma coletiva que limita ou restringe direito trabalhista não assegurado pela Constituição. Na quinta (5), o Plenário

julgará um Recurso Extraordinário em que se discute a incidência do Imposto de Renda - Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) sobre a taxa Selic (juros de mora e correção monetária) em ganhos obtidos em depósitos judiciais ou de valores de restituição de tributos pagos. Portal STF

Após ameaças de Bolsonaro, Fux defende hora certa para 'erguer a voz' e diz que harmonia entre Poderes não implica impunidade. O presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Luiz Fux, mandou duros recados ao presidente Jair Bolsonaro em seu discurso na segunda-feira (2) na sessão de abertura dos trabalhos da corte no segundo semestre. O chefe do tribunal afirmou que a harmonia e a independência entre os Poderes “não implicam em impunidade de atos que exorbitem o necessário respeito às instituições”. “Embora diuturnamente vigilantes para com a democracia e as instituições do país, os juízes precisam vislumbrar o momento adequado para erguer a voz diante de eventuais ameaças”, disse. Fonte: Folha de S. Paulo

Ministros do TSE avaliam processar Bolsonaro por fake news sobre eleições. Ministros do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) avaliam processar o presidente Jair Bolsonaro caso ele apresente na próxima semana as mesmas provas que mostrou na transmissão ao vivo da última quinta-feira (29/7) para questionar o sistema eleitoral. No dia 21 de junho, o ministro Luis Felipe Salomão determinou que as autoridades que denunciaram fraude nas eleições presidenciais de 2018 teriam 15 dias para apresentar provas, no âmbito de um procedimento administrativo. O prazo, que estava suspenso em razão do recesso, vence na próxima semana. O presidente anunciou que na tradicional live apresentaria provas de fraude nas eleições de 2018, convidando jornalistas a comparecerem (sem direito a perguntas). No dia, contudo, apresentou vídeos antigos já desmentidos e sustentou que “não tem como se comprovar que as eleições não foram ou foram fraudadas”. Fonte: Correio Brasiliense

Representante de servidores contestam no STF indicação à ANTT. A Unareg (União Nacional dos Servidores de Carreira das Agências Reguladoras Federais) acionou o STF (Supremo Tribunal Federal) para tentar derrubar a nomeação de Guilherme Sampaio à direção da ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres). A indicação de Sampaio foi aprovada no começo de julho no Senado e a nomeação do diretor foi sancionada pelo presidente Jair Bolsonaro em 20 de julho. Em nota divulgada em 26 de julho, a Unareg argumentou que a nomeação contraria a Lei nº 13.848/2019, conhecida como Lei Geral das Agências Reguladoras. Isso porque, até 2 dias antes da indicação à ANTT, Sampaio integrava a CNT (Confederação Nacional do Transporte) –que tem associadas sob regulação direta do órgão. Fonte: Poder 360

Para Primeira Turma, é ilegal cobrança de IOF em adiantamento a exportadores na vigência do Decreto 6.339/2008. Ao negar provimento a recurso da Fazenda Nacional, a Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) considerou ilegal a cobrança da alíquota de 0,38% de IOF nos Adiantamentos sobre Contrato de Câmbio (ACCs), instituída pelo Decreto 6.339/2008 no período de 3 de janeiro de 2008 a 12 de março de 2008. O recurso teve origem em ação na qual uma empresa requereu o afastamento da exigência trazida pelo Decreto 6.339/2008, que alterou o Decreto 6.306/2007 para estabelecer em seu artigo 8º, parágrafo 5º, a alíquota de 0,38% sobre operações de ACC. O Tribunal Regional Federal da 4ª Região manteve o entendimento da primeira instância de que o contrato de adiantamento de câmbio não é hipótese de incidência do tributo, a despeito da determinação do decreto. Fonte: Portal STJ

Reforma Tributária

Reforma do IR deve propor novos tributos sobre dinheiro em paraísos fiscais. O deputado Celso Sabino (PSDB-PA), relator da proposta que altera o Imposto de Renda, afirmou que seu parecer deve incluir tributações mais rígidas para paraísos fiscais. Em 2020, os ativos de empresas e pessoas físicas no exterior somaram US\$ 558,4 bilhões. Essas regras mais duras já estavam previstas no projeto de lei original apresentado pelo governo. O trecho, no entanto, foi retirado depois de acordo de líderes na 1ª quinzena de julho. As informações são do jornal Folha de S. Paulo. O texto previa que o dinheiro fosse taxado anualmente mesmo que não passe pelo Brasil –diferente do que acontece hoje. Mesmo indicando a volta do imposto, Sabino não informou os valores que poderão ser cobrados. “Vamos pagar a redução do imposto de todos os brasileiros com folga”, disse. Fonte: Poder 360

Covid-19

Governo edita MP que amplia prazo para aquisição vacinas sem licitação. O governo federal editou, na noite da sexta-feira, uma Medida Provisória (MP) que altera a Lei 14.124, sancionada em março e que facilita a compra de medicamentos e vacinas para o combate da pandemia de covid-19. Na prática isso significa a extensão da dispensa de licitação, bem como a manutenção de regras flexíveis para remédios que ainda estejam em fase de desenvolvimento. Conforme a alteração, o prazo de vigência da Lei, que iria até o sábado (31), ficará em vigência "enquanto durar a declaração de emergência em saúde pública de importância nacional, independentemente do seu prazo de execução ou de suas prorrogações". O texto da MP ainda precisa passar por aprovação do Congresso Nacional. Fonte: Congresso em Foco

Projeto de vacina contra Covid-19, financiado pelo MCTI é protocolado na Anvisa para testes em humanos. A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) recebeu na sexta-feira (30) o pedido para a realização de estudos clínicos fase 1 e 2 da vacina contra COVID-19, SpiN-TEC MCTI UFMG, financiados pelo Governo Federal por meio do MCTI - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. Foi realizada coletiva de imprensa no domingo (1º) para anunciar o protocolo da vacina na Anvisa. A Vacina SpiN-TEC MCTI UFMG representa um avanço no desenvolvimento de vacinas 100% nacionais. Produzida no Centro Tecnológico de Vacinas (CT-Vacinas) na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) contra COVID-19, faz parte das 15 estratégias de vacinas da rede de especialistas RedeVírus MCTI, do Ministério da Ciência, Tecnologias e Inovações. Fonte: ASCOM MCTI

Empresas tomam medidas para controlar a vacinação de funcionários. Com quase metade da população brasileira vacinada com ao menos a 1ª dose de um imunizante contra a covid-19, muitas empresas começaram uma transição entre o home office e o trabalho presencial. Nesse cenário, o atestado de vacinação surgiu como uma forma de controlar a imunização dos funcionários e garantir um retorno seguro ao trabalho presencial. Segundo informações do jornal O Globo, empresas brasileiras estão orientando os funcionários a seguir o calendário de imunização. Também fazem pesquisas para mapear a vacinação dos empregados e solicitam o envio de atestado após a 2ª dose. Mas esse controle não é impositivo, e a recusa em tomar a vacina não causa a demissão do funcionário. Fonte: Poder 360

Chegada de IFA permitirá produção de mais 4 milhões de doses de vacinas Covid-19. O Brasil ganha mais um reforço para acelerar ainda mais a vacinação dos brasileiros contra a Covid-19. Mais 2 mil litros de Ingrediente Farmacêutico Ativo (IFA) chegam no domingo (1/8) ao país. Essa remessa permitirá a produção de cerca de 4 milhões de doses da vacina Coronavac, produzida pelo Instituto Butantan em parceria com a farmacêutica chinesa Sinovac. O avião vindo da China pousará no aeroporto de Guarulhos, em São Paulo. As doses serão entregues ao Programa Nacional de Imunizações (PNI), do Ministério da Saúde, de 15 a 20 dias depois que a produção começar. Fonte: ASCOM MS

Governo Federal recebe mais de 16 milhões de doses de vacinas. Para reforçar ainda mais a campanha nacional de vacinação contra a Covid-19, o Ministério da Saúde recebeu mais de 16 milhões de doses de imunizantes dos laboratórios fabricantes. De 25 a 31 de julho, a pasta recebeu 1,9 milhão de doses da AstraZeneca pelo consórcio Covax Facility; 4,2 milhões da Coronavac, produzidas pelo Instituto Butantan; 5,8 milhões da Pfizer e 2,2 milhões da AstraZeneca, produzidas pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Essas doses já começaram a ser distribuídas a estados e Distrito Federal. Fonte: ASCOM Governo do Brasil

Último Foco

Punições contra violações da proteção de dados entram em vigor. Quem desrespeitar a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei 13.709) poderá ser punido. A norma foi aprovada em 2018, teve sua vigência iniciada no ano passado mas só agora, a partir de agosto, as sanções para quem violar os direitos dos titulares de dados e as obrigações para quem coleta e trata registros entram em vigor. A LGPD lista como possíveis sanções advertência, multa (diária ou com limite de até 2% do faturamento da empresa), bloqueio dos dados

peçoais objeto da violação, suspensão parcial do funcionamento do banco de dados e proibição parcial ou total do exercício da atividade relacionada ao tratamento de dados. Fonte: Agência Brasil

Acordos com outros órgãos ajudarão ANPD na aplicação das sanções da LGPD. A busca de parcerias com órgão com atuação correlata à da Autoridade Nacional de Proteção de Dados Pessoais (ANPD) será um dos pilares para a fiscalização e aplicação das sanções administrativas que entram em vigor agora em agosto. Miriam Wimmer, diretora da ANPD, conversou com TELETIME e explicou um pouco de como serão os próximos passos da Autoridade no cenário de aplicação de sanções, que começam a vigorar em agosto. Segundo a advogada, a LGPD prevê que as sanções serão aplicadas exclusivamente pela ANPD, mas estão em andamento diálogos com outros órgãos que possuem competência correlata com a da Autoridade para a criação de acordos de cooperação técnica. "Por isso temos acordos de cooperação técnica com a Senacon e o Cade por exemplo, e estamos nos aproximando de outros órgãos da administração pública para fortalecer essa atuação fiscalizadora e sancionadora que surge agora para garantir a proteção de dados pessoais no Brasil", disse Wimmer. Fonte: Teletime

Editais do 5G não deverá passar por nova consulta pública, diz Anatel. O presidente da Anatel, Leonardo Euler, acredita que não será necessário fazer grandes ajustes no edital do 5G, a ponto de necessitar de uma nova consulta pública, após a análise do Tribunal de Contas da União. A área técnica da agência já está abordando alguns ajustes pontuais em coordenação com o órgão de contas, em geral referentes a documentação e "questões operacionais de prazos e compromissos", e por isso a expectativa é que o leilão aconteça até o início de outubro. Euler entende que, após a deliberação do TCU em reunião extraordinária no próximo dia 18 de agosto e a consequente expedição do acórdão, o edital possa chegar o mais breve possível na Anatel. "Já temos feito de maneira paralela a questão do reajuste do edital, orientado pela área técnica", declarou ele em live organizada pelo portal Tele.Síntese na sexta-feira, 30. Fonte: Teletime

Anatel disponibilizará minuta base para prefeituras reformulem leis das antenas. A Anatel pretende atuar mais próximo às prefeituras com a inauguração de um site dedicado a orientar municípios a adotarem providências e mecanismos menos burocráticos para a instalação de antenas. Nesse espaço haverá uma minuta de projeto de lei padrão, que poderá ser utilizado pelo poder Legislativo local para uma nova lei de antenas, além de informações para tirar dúvidas sobre questões técnicas, como radiação. Assim, o regulador está aprimorando as últimas revisões para o texto, com a expectativa de esse novo espaço seja lançado em 30 dias, ou no final de agosto e começo de setembro. O presidente da Anatel, Leonardo Euler, diz que esse texto que poderá servir como minuta para leis municipais está sendo trabalhado em conjunto com entidades representantes do setor e com o governo. "Estamos harmonizando a proposta legislativa já com a Conexis, Abrintel e outros ministérios. Pode ser uma luz, um norte para os municípios", declarou ele. Fonte: Teletime

MCTI participa da construção da Sistemática de Monitoramento da Política Nacional de Inovação. Representantes da Secretaria de Estruturas Financeiras e de Projetos (SEFIP) e da Secretaria de Empreendedorismo e Inovação (SEMPI) do MCTI participaram em 13 de julho da reunião que apresentou o plano de trabalho para a Sistemática de Monitoramento e Avaliação da Política Nacional de Inovação (PNI). O trabalho vem sendo realizado pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), organização social supervisionada pelo MCTI, em parceria com o Laboratório de Estudos sobre a Organização da Pesquisa e da Inovação da Unicamp (Lab-GEOPI). Dentro do planejamento apresentado, o plano de trabalho contará com a realização de uma oficina organizada pela Lab-GEOPI com representantes do MCTI. Fonte: ASCOM MCTI

Brasil pode ser grande protagonista da inteligência artificial no mundo, diz ministro. "O Brasil tem tudo para ser o grande protagonista da Inteligência Artificial no mundo". A afirmação foi feita pelo ministro da Ciência, Tecnologia e Inovações, astronauta Marcos Pontes, durante a abertura do seminário virtual "Inteligência Artificial: Nas fronteiras de um novo paradigma". O titular do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) reforçou que o tema tem sido um dos focos do ministério. "Hoje, a Inteligência Artificial é umas principais pautas do MCTI e de suas vinculadas. Desde o primeiro momento como ministro tenho destacado a importância das pesquisas e inovações em IA no país. E os resultados podem ser aplicados em diferentes setores, como saúde, agricultura e indústria". Fonte: ASCOM MCTI

MEC inicia o 2º Ciclo de Coordenação Nacional para Implementação do Novo Ensino Médio. O Governo Federal iniciou, por meio do Ministério da Educação (MEC), na quinta-feira (29) o 2º Ciclo de Coordenação

Nacional para Implementação do Novo Ensino Médio (NEM). Ao todo, serão realizados 10 encontros que integram uma das ações do MEC para apoiar a implementação do Novo Ensino Médio, tendo como objetivo promover o apoio técnico às equipes das secretarias de educação dos estados e do Distrito Federal. O evento é promovido pela Secretaria de Educação Básica do MEC e conta com a colaboração do Conselho Nacional dos Secretários de Educação (Consed), do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Fonte: ASCOM MEC

Programa Novos Caminhos amplia o acesso à Educação Profissional e Tecnológica. O programa Novos Caminhos, instituído pelo Ministério da Educação (MEC) em 2019, é composto por um conjunto de ações do Governo Federal que visam fortalecer a Educação Profissional e Tecnológica no Brasil, que atuam, em apoio às redes e instituições de ensino, no planejamento da oferta de cursos, alinhada às demandas do setor produtivo e na incorporação das transformações produzidas pelos processos de inovação tecnológica. O Governo Federal, por meio do MEC, instituiu o Plano Plurianual 2020-2023 com a meta de elevar para 3 milhões o total de matrículas em cursos técnicos e em cursos de qualificação profissional até 2023. Fonte: ASCOM Governo do Brasil

Defesa e CAPES discutem viabilidade de projetos de pesquisa científica e tecnológica. A Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto do Ministério da Defesa promove o Seminário de Avaliação e Acompanhamento da Execução do Programa de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Defesa Nacional, o Pró-Defesa, na quarta e quinta-feira (4 e 5). O evento, realizado em parceria com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), ocorrerá em formato virtual. O debate foi organizado para divulgar os resultados e promover a interação entre pesquisadores e demandantes dos produtos dos projetos de pesquisa em execução, pertencentes às Forças Armadas, órgãos governamentais, instituições de pesquisa, ensino e da Base Industrial da Defesa (BID). Fonte: ASCOM MD

Diálogo Tech apresenta diferentes perspectivas sobre o ensino híbrido na implementação do Itinerário de Formação Técnica e Profissional. O debate sobre os desafios do ensino híbrido na Educação Profissional e Tecnológica foi o tema do segundo webinar do Diálogo Tech. O evento foi realizado na quinta-feira (29), e integra uma série de 12 debates que estão sendo promovidos, quinzenalmente, pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec) do Ministério da Educação (MEC), até dezembro deste ano, com diferentes temas. A iniciativa discute as formas de implementação do Itinerário de Formação Técnica e Profissional, no contexto do Novo Ensino Médio (NEM), com a apresentação das ações desenvolvidas pelo MEC que possam orientar na organização da oferta do ensino técnico de nível médio. Durante a abertura do webinar, o secretário-executivo, Victor Godoy, enalteceu a importância da construção de um ambiente de diálogo para o fortalecimento do ensino profissional no país. Fonte: ASCOM MEC

Inteligência artificial pode desafogar sistema de saúde na pandemia. Estudo feito em parceria por pesquisadores da Escola de Medicina da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), Fundação Getúlio Vargas (FGV) e Instituto Laura Fressatto provou que atendimentos feitos com uso de inteligência artificial, por meio do robô Laura Care, ajudaram a desafogar o sistema de saúde durante a pandemia de covid-19. O médico Murilo Guedes, pesquisador pós-doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde da PUCPR, disse à Agência Brasil que foi desenvolvido um algoritmo de inteligência artificial (IA) que tem a capacidade de fazer a triagem de pacientes com covid-19. “O paciente entra em contato com a plataforma do robô Laura e digita algumas informações que o robô identifica e interpreta. O paciente tanto pode receber informações, como prevenção, vacinas e orientações sobre covid-19, mas também pode descrever os sintomas [que está sentindo] para o algoritmo”. Fonte: Agência Brasil